



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Revolução: uma revisão conceitual

Revolution: a conceptual review

Revolucio: koncepta recenzo

João Pedro Gava Ribeiro⁶⁷

Resumo

O presente artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica Júnior realizada no IFPR – Campus Curitiba, buscando não apenas a compreensão do conceito de revolução (a partir da visão científica da história), mas também aspectos semânticos e hermenêuticos relacionados ao conceito. Para tanto, fez-se uso de uma pesquisa exploratória e uma revisão conceitual a partir de artigos acadêmicos e dicionários filosóficos. Entre as principais referências pesquisadas estão: Martins (1989); Bobbio (1998) e Krishna (1973). Entre os objetivos, buscou-se diferenciar revolução de rebelião e de golpe de Estado; analisar as especificidades do conceito de revolução; bem como elementos relacionados a sua historicidade. Com relação à hermenêutica, foram consideradas as correntes epistemológicas atinentes às visões marxista e conservadora expressas em autores como Karl Marx; Antonio Gramsci e Roger Scruton quanto às interpretações valorativas do legado que elas trouxeram à história. Assim, foi possível notar que, com o advento da Revolução Francesa, o conceito se transformou da noção de retorno a uma ordem antecedente para a transmutação de fato dessa ordem. Ademais, percebeu-se que as visões marxistas estão para uma ponderação positiva das revoluções de “baixo para cima” com a Revolução Russa como principal exemplo, enquanto as conservadoras estão para as revoluções de “cima para baixo”, com a Americana e a Inglesa tidas como ideais.

Palavras-chave: Revolução. Correntes epistemológicas. Revolução Francesa. História conceitual.

Abstract

The present article presents the first results of a research of Junior Scientific Initiation held at IFPR – Campus Curitiba, seeking not only to understand the concept of revolution (from the scientific view of history), but also semantic and hermeneutical aspects regarding the concept. For that, an exploratory research and a conceptual review was made using academic articles and philosophical dictionaries. Among the main

⁶⁷ É bolsista de iniciação científica PIBIC-Jr em História e estudante do terceiro ano do curso técnico integrado de mecânica, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR na cidade de Curitiba/PR, sendo orientado pelo professor EBTT Thiago Augusto Divardim de Oliveira. E-mail: jpribeirogava@gmail.com.



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

references researched are: Martins (1989); Bobbio (1998) and Krishna (1973). Among the objectives, an attempt was made to differentiate revolution from rebellion and coup d'état; analyze the features of the concept of revolution; as well as elements related to its historicity. With regard to hermeneutics, epistemological currents related to the marxist and conservative views expressed in authors such as Karl Marx; Antonio Gramsci and Roger Scruton were considered regarding the valuable interpretations of the legacy they brought to history. Thus, it was possible to notice that, with the advent of the French Revolution, the concept changed from the notion of returning to an antecedent order for the actual transmutation of that order. Furthermore, it was realized that marxist views are for a positive consideration of the “bottom-up” revolutions with the Russian Revolution as the main example, while the conservative ones are for the “top-down” revolutions, with the American and the British considered ideal.

Keywords: Revolution. Epistemological currents. French Revolution. Conceptual history.

Resumo

Ĉi tiu artikolo prezentas la unuajn rezultojn de esplorado de Juniora Scienca Inico efektivigita ĉe IFPR - Campus Curitiba, serĉante ne nur komprenon pri la koncepto de revolucio (laŭ la scienca vidpunkto de la historio), sed ankaŭ semantikajn kaj hermeneŭtikajn aspektojn rilatajn al la koncepto. Por tio oni esploris esploron kaj koncipan recenzon per akademias artikoloj kaj filozofiaj vortaroj. Inter la ĉefaj referencoj enketitaj estas: Martins (1989); Bobbio (1998) kaj Kriŝno (1973). Inter la celoj, ni klopodis diferencigi revolucion, ribelon kaj puĉon; analizi la specifojn de la koncepto de revolucio; same kiel elementoj rilataj al ĝia historieco. Koncerne hermeneŭtikon, epistemologiaj fluoj rilataj al la marksismaj kaj konservativaj vidpunktoj esprimitaj en aŭtoroj kiel Karl Marx estis konsiderataj; Antonio Gramsci kaj Roger Scruton pri la valoraj interpretoj de la heredaĵo, kiun ili alportis al la historio. Tiel, eblis rimarki, ke, kun la alveno de la Franca Revolucio, la koncepto ŝanĝiĝis de la nocio reveni al precedenca ordo por la efektiva transmutacio de tiu ordo. Krome, oni konstatis, ke marksismaj vidpunktoj estas por pozitiva konsidero de la "sube" revolucioj kun la rusa revolucio kiel ĉefa ekzemplo, dum la konservativaj estas por la "desupraj" revolucioj, kun la usona kaj la brita. konsiderata ideala.

Ŝlosilvorto: Revolucio. Epistemologiaj fluoj. Franca Revolucio. Koncepta historio.

Introdução

Neste artigo foram realizadas aproximações com o conceito de revolução, sendo apresentada uma síntese da fase introdutória correlata ao projeto de pesquisa “Aprendizagem Histórica e Didática da Histórica: Teoria, Filosofia e Práxis – Possíveis abordagens referentes a temas sociais controversos”. Tal pesquisa foi estimulada pelo meu interesse ante um entendimento do processo revolucionário, principalmente aquele observado na Revolução Francesa, haja vista a produção de um conceito de revolução, o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que a princípio parecia uma tarefa simples. Contudo, durante o fomento da revisão conceitual percebeu-se o quanto o conceito é amplo em relação ao que se imaginava. Nesse sentido, com base em uma pesquisa exploratória a partir de artigos científicos e dicionários filosóficos, procurou-se avançar na compreensão dos motivos que levaram ao surgimento de diferentes formas de compreender o mesmo conceito ao longo da história.

Assim sendo, como próprio desse tipo de estudo, buscou-se uma familiarização do pesquisador ao objeto de pesquisa, tal qual a revolução no caso, por meio de um levantamento que permitisse um delineamento, isto é, a delimitação dos tópicos para uma pesquisa futura (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nessa linha, Gil (2002) afirma que as pesquisas exploratórias têm planejamento mais flexível, tendo em vista uma visão multifacetada do fenômeno estudado, visando um aprimoramento dessas ideias.

Quanto ao que atine à estrutura do desenvolvimento do artigo, ela pode ser separada em três partes centrais. Na parte primeira se estabelece o conceito de revolução e sua historiografia. Já na segunda são apresentados seus desdobramentos junto à diferenciação dessa em relação à revolta e ao golpe de Estado. Enfim, na última são consideradas as duas principais visões perante o tema e suas posições sobre os aspectos valorativos de uma revolução, sendo essas a marxista e a conservadora.

Revisão Conceitual

Os conceitos históricos normalmente se apresentam de caráter controverso, mas este é um exemplo em que a semântica do termo é quase plenamente consentida, contudo é sua hermenêutica na dimensão social e política que gera arestas (SILVA; SILVA, 2009). Assim, o conceito de revolução é dado pela seguinte assertiva:

A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socio-econômica (PASQUINO, 1998, p. 1121).

Já o Dicionário Collin de Política e Governo conceitua revolução como: “uma



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ascensão armada contra o governo ou Estado ou o sistema social inteiro”⁶⁸ (COLLIN, 2004, p. 215, tradução própria).

Isto posto, com base nos estudos realizados, é possível afirmar que a ideia de revolução inclui discussão que tem início com a Revolução Francesa, afinal em períodos anteriores o vocábulo não tinha uso pleno. Seu conceito hoje é atribuído à ideia de mudança, comumente imprescritível, por conta da interferência em esferas de atuação múltiplas e pelo uso intenso da violência. À vista disso, uma potencial revolução não ecoaria somente no paradeiro político, ora com atribuições desse tipo, ora atribuições culturais, sociais, econômicas e institucionais.

Desse modo, durante o século XVII, a revolução ainda era entendida como uma “revolução institucional”, uma mudança aliciadora no corpo político. Hobbes tinha uma concepção de revolução como um movimento planetário, em que se mudaria de forma de governo de maneira cíclica da monarquia, passando para a aristocracia e da aristocracia até a democracia, reiniciando o ciclo. Essa visão se aproxima muito da visão em espiral que será vista mais à frente (MARTINS, 1989).

Aliás, Diderot utilizou esse preceito quando previu o surgimento de uma ditadura como resultado do prosseguimento da revolução ou Wieland que presentiu a transformação do governo francês de uma aristocracia em uma ditadura por Napoleão. De fato o conceito de revolução surgiu no século XVIII, sendo que seus termos adicionais são utilizados para explicitar suas próprias particularidades. Dessa forma, tais vocábulos podem ser: industrial, técnica, científica, política ou social (MARTINS, 1989).

Retomando a história do conceito, o termo revolução provém etimologicamente de “regressar”, o que significa que no sentido inicial da palavra essa significaria o retorno a uma ordem institucional precedente e não uma transformação profunda dessa mesma ordem (MARTINS, 1989).

Na verdade, de acordo com Martins (1989), a revolução advém semanticamente da astronomia e muitos autores chegaram a utilizar a noção da revolução dos planetas

⁶⁸“An armed rising against a government or state or the entire social system”.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

como uma metáfora para o processo que implica a revolução. Logo, esse seria um processo previsível como os fenômenos astronômicos geralmente os são. Destarte, como o astrônomo prevê o movimento dos planetas e suas especificidades, um historiador poderia fazer prognósticos e identificar potenciais focos revolucionários.

Todavia, Konrad Engelbert Oelsner incluiu um conceito de revolução divergente dos demais, pois para ele a revolução seria metaforicamente como uma espiral. De acordo com essa visão, a revolução congrega tanto um retorno para as estruturas básicas da organização social, quanto uma mutação de seus atributos. Dessa forma, as revoluções promovem o progresso institucional, mesmo que no fundo ocorra o retorno de estruturas de poder precedentes, como se dá na metáfora da revolução astronômica (MARTINS, 1989).

Entretanto, esse conceito não é universal já que, como Marx afirmava, a repressão da Conspiração dos Iguais e de seus líderes em 1797 foi uma medida de coibir a revolução, ou seja, utilizou-se da violência contrarrevolucionária para impedir a incidência do que seria a revolução propriamente dita. Tal dinâmica difere claramente de uma ideia determinística de revolução, em que essa seria irreversível, ideia essa que seria provavelmente defendida por uma corrente mais hegeliana (MARTINS, 1989).

Dessa forma, à revolução podem ser imputadas duas semânticas históricas: até, em princípio no século XVII, a revolução ainda significava um retorno a uma ordem social e política precedente pela “restauração dinástica” – algo condizente com os moldes angariados pela Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra – isto é, o retorno à ordem antecessora, no qual o protestantismo ainda era consentido pelo Estado. Seria, então, mais uma dramática mudança de Estado como as várias outras, na qual a revolução efervesceu mais para manter um estado inicial do que para melindrá-lo (MARKOFF, 2015).

Destarte, como consequência do que afirma Markoff (2015), a Revolução Gloriosa, a qual instituiu o parlamentarismo na Inglaterra após a assinatura da primeira carta de direitos pelo rei Guilherme de Orange e impediu a investida de Jaime II privilegiando os funcionários públicos católicos, está mais para uma contrarrevolução do que para uma revolução propriamente dita – no sentido de que suas alterações



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

resultaram na manutenção de uma postura protestante antecedente pelo governo. Além disso, tais mudanças foram meramente sentidas pelos grupos hegemônicos do poder, com mutações de ordem político-institucional, sem transformações significativas no tecido social, o que justifica a denominação de revolução imposta “de cima”.

Já a outra semântica histórica diz respeito a sua significação posterior à Revolução Francesa, quando seu significado se tornou compatível com a imagem de uma revolução existente nos dias de hoje. A revolução significaria, na cognição política, uma tomada do poder por vias alternativas e não previstas por dispositivos legais, em que se emprega a violência como meio de aquisição de poder – com algum tipo de extenso apoio e iniciativa popular – buscando a permuta de uma ordem política e social por outra (MARKOFF, 2015).

Desse modo, em se tratando da história da origem do conceito, partindo da perspectiva astronômica e da revolução como regressão, pode-se conceber a Revolução Francesa como um marco para a ressignificação do termo com a semântica de ruptura que aparece de maneira mais enfática a partir da Idade Contemporânea.

Em face dessas percepções acerca das revoluções, com todas as matizes históricas que as permeiam, foi possível perceber que a compreensão do conceito é mais ampla do que se pensava no início da pesquisa, sendo assim necessário levar em consideração sua historicidade, bem como as diferenças perceptíveis em relação às correntes de pensamento dos autores que deram contribuições a esse debate. Com a ampliação das revisões bibliográficas durante a realização do projeto, considerou-se necessário realizar a distinção entre revolução ante outros fenômenos de caráter social e insurrecional como veremos na próxima seção.

Revolução: diferenciação e possíveis desdobramentos

Depois de compreender que o conceito pode ser pensado a partir de duas visões principais (mais ligada à ideia de restauração, e outra mais contemporânea ligada às transformações posteriores à Revolução Francesa), considerou-se a necessidade de diferenciar outras possibilidades de compreensão do conceito.

À vista disso, a rebelião se restringe a sua própria pauta política, isto é,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

direcionam-se os esforços à tema específico – com estímulos ideológicos pouco expressivos – sendo de fácil resolução por meio de cessões por parte da classe política (PASQUINO, 1998). Nesta esteira, motins, tumultos, levantes, greves ou insurreições, quando empregam violência por uma determinada causa, podem ser classificados como revoltas ou rebeliões.

Já o golpe de Estado tange à tomada do poder por determinado grupo político sobrepondo-se ao governo antes vigente. Destarte, enquanto a rebelião provém dos movimentos populares (os denominados *grassroots*), o *coup d'État* (homônimo de golpe de Estado, sendo também chamado de *putsch* geralmente quando esse é malsucedido) é promovido pelas elites e grupos previamente dominantes na ordem política institucional – ou com ascensão previsível ao poder – sendo, portanto, singularmente superficial em sua episteme ideológica (PASQUINO, 1998). Então, segundo Brinton (1938), citado por Coccia (2016), essa diferenciação entre o golpe de Estado e as Grandes Revoluções está embasada na dimensão das mudanças que cada movimento promove.

Portanto, a leitura do verbete de Pasquino (1998) do Dicionário de Política de Norberto Bobbio mostra acertadamente que a revolução é muito mais profunda em relação à rebelião, existindo uma tensão social prévia que transpassa pautas específicas. Da mesma forma, um golpe de Estado expressa até certa mudança no âmbito político, porém tal premissa não se sustenta acerca da ordem social, além do fato do uso da violência no golpe de Estado ser demasiadamente pontual. Assim sendo, acerca disso é possível afirmar assertivamente que:

Partindo da perspectiva das intenções dos insurretos, haverá uma revolução de massa, ou revolução em sentido estrito, quando eles pretendem subverter fundamentalmente as esferas política, social e econômica: neste caso há uma grande participação popular, a duração da luta é prolongada e a incidência da violência interna torna-se sumamente elevada. No caso de um golpe de Estado reformista, os insurretos têm em vista mudanças mais ou menos importantes na estrutura da autoridade política e transformações sócio-econômicas limitadas, a participação popular é escassa, a duração da luta breve e o nível de violência bastante baixo (PASQUINO, 1998, p. 1122).

Pode-se então, reconhecendo a complexidade desse fenômeno entre as outras formas de emprego da violência e dispondo da história e de um conceito preciso, pensar



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nas facetas idiossincráticas à revolução. Portanto, cabe ponderar que nela atuam esforços maniqueístas, isto é, sempre existe um grupo revolucionário que acredita representar o bem contra as forças ou instituições más do status quo. Para que a revolução seja reconhecida como tal, todos os grupos “bons” ou “maus” devem pertencer a uma mesma sociedade, apesar de que esses elementos também estão presentes em guerras religiosas ou movimentos de independência por conta da consciência de alguns povos em defesa do processo. Por isso, a autoconsciência ideológica é citada como condição necessária para as revoluções (KRISHNA, 1973).

Aliás, a revolução consiste na reversão radical entre a situação de certos grupos sociais dentro do ambiente econômico e político, sendo claramente uma antilogia pensar nessa reversão sem o emprego da violência revolucionária. Mais do que isso, outra condição necessária para as revoluções, como é visto pelas experiências da União Soviética, é a subjugação do legalismo e a defesa de certos valores e ideologias acima do crivo das leis (KRISHNA, 1973).

Outrossim, esses valores são colocados tão acima das leis que, como o próprio Tocqueville (2016) destacava, a Revolução Francesa conseguiu angariar os atributos do que seria uma “revolução religiosa”. Uma revolução essa que, por não se aplicar às tradições, seria capaz de se difundir para além das fronteiras nacionais, como as religiões geralmente o fazem, já que tratam do ser humano e de suas relações com os demais sem se ater às características das sociedades. Assim, ao considerar o cidadão como universal, a Revolução Francesa pôde dar a seus ideais próprios a fisionomia de uma religião (TOCQUEVILLE, 2016). Dessa forma, pode-se inferir que nas revoluções a ideologia é colocada não apenas acima das leis, mas também acima de qualquer indivíduo ou cidadão que a ela esteja acometido.

Ademais, mais uma das considerações convenientes no interior do conceito de revolução política é que é contraditório e impossível que a distribuição de poder aquisitivo ocorra nas proporções da distribuição de poder político, pois; apesar do conceito econômico de escassez; o dinheiro pode ser distribuído em tese sem entraves naturais, mas o poder político não – afinal, por definição ele é assimétrico entre os homens – destarte nem todos conseguem obtê-lo (KRISHNA, 1973).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Da mesma maneira, a exploração dificilmente pode ser abolida, afinal a classe política sempre deterá o poder, enquanto os trabalhadores produzem o valor do trabalho em forma de mais-valia (mais conhecida como lucro pelo senso comum) pela visão marxista de exploração (KRISHNA, 1973).

Dessa forma, muitas dessas questões surgiram com o advento da revolução na União Soviética. Uma delas foi se a conclusão de uma revolução impede a possível ocorrência de outras revoluções no futuro: daí emana o conceito de Revolução Permanente (KRISHNA, 1973). Grosso modo, a revolução permanente seria o conceito de revolução em que se indica uma mudança de longa duração, que foi elaborada no passado, e que ainda transpassará o presente em direção ao futuro (MARTINS, 1989).

É possível então conjecturar – fazendo o emprego da visão maniqueísta – que se o mal nunca pode ser destruído e o bem reinar no Estado em que a revolução ocorreu, a revolução se tornará necessariamente perpétua. Dessa forma, a revolução permanente é intangível, pois as pessoas jamais efetuariam revoluções sabendo que não existe uma plena vitória sobre o mal que assolava o Estado no decorrer da situação pré-revolucionária⁶⁹. Em definição, a revolução tampouco seria epitetada como tal, já que a mudança feita não teria sido profunda o suficiente para evitar a renascença da ordem institucional antecedente (KRISHNA, 1973).

Pode-se ainda conceber maneiras distintas do desenvolvimento de um processo revolucionário conforme a origem de sua demanda. De acordo com Martins (1989, p. 43), apontam-se três possíveis conceitos de revolução quanto a sua dimensão qualitativa. No primeiro, a revolução e suas variantes são descritas de “cima para baixo” pelas classes dominantes. Tal conceito de revolução estaria expresso nos termos: tumulto, revolta, conjuração, levante, sublevação, insurreição, motim e rebelião. Existe também a visão imparcial da revolução presente nos vocábulos: movimento, guerra civil e mudança. Na última há um conceito proposto de “baixo para cima” que se opõe à

⁶⁹ A ideia de tal percepção da revolução envolver uma mudança profunda está explícita em Florestan Fernandes, o qual declara que: “[...] a revolução proletária não terá um eixo revolucionário curto, que se esgote na substituição de uma classe dominante por outra (o proletariado como substituto e equivalente da burguesia, o que esta realizou com referência à nobreza feudal). O proletariado deverá ser ainda mais revolucionário depois da conquista do poder e da derrota final da burguesia.” (FERNANDES, 2018, p. 20).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tiranía, ao despotismo, à ditadura e ao autoritarismo estatal. É certo que dificilmente as revoluções podem ser encaixadas universalmente nesses termos, afinal tal definição vai depender especificamente da ideologia política e da forma que seus adeptos são atingidos pela consecução da revolução.

Sendo assim, a pesquisa exploratória nos indicou a necessidade de levar em consideração aspectos da historicidade dos conceitos, assim como as identificações epistemológicas dos autores, o que possibilita a terceira seção desse artigo e apontará novas possibilidades metodológicas.

O conceito de revolução e uma proposta de distinção epistemológica

Após a ampliação do conceito, estabelecendo as diferenças entre rebelião, golpe de Estado e revolução, foi possível perceber que, de acordo com o grupo de identificação dos autores no âmbito das discussões acadêmicas, quer dizer, segundo a corrente epistemológica em que o autor se insere, podem ter variações nas análises dos eventos revolucionários. De acordo com a natureza desse estudo, resolvemos dividir essas correntes basicamente em dois grupos principais: visão conservadora e progressista.

Assim sendo, estendendo essa percepção valorativa da classificação proposta por Martins (1989), pressente-se que as visões conservadoras serão em essência pessimistas para as revoluções de “baixo para cima” ao invés das revoluções de “cima para baixo”. Já para as visões progressistas as revoluções de “baixo para cima” serão estimuladas em detrimento muitas vezes das revoluções de “cima para baixo”, excetuando os casos em que a recém-chegada elite política é representante dos ideais do proletariado.

Assim sendo, tendo sido delineado o conceito de revolução e os desdobramentos desse, partir-se-á para a análise das principais correntes epistemológicas e a maneira como essas compreendem a dinâmica das revoluções. Assim, cabe pontuar alguns aspectos atinentes a essas vertentes marxista ou progressista e conservadora ou contrarrevolucionária:

a) Concepção marxista – possui origens no materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Preza pela revolução como instrumento de reestruturação das



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

instituições sociais, as quais são vistas por eles como corrompidas em essência, as quais alcançariam um ápice na História, desmantelando-se pela revolução e dando prenúncio ao que Marx e Engels chamam de Comunismo ou Ditadura do Proletariado. Assim, aproximam-se de uma visão defensora e pregadora de direitos, contudo reconhecendo que os são na totalidade conquistados e não delegados. À vista disso, a revolução angaria destaque nesse contexto, sendo ela tida como um salto de um modo de produção capitalista para um socialista (BOTTOMORE, 2001). Dessa maneira, tal faceta da derrubada da sociedade de classes característica do sistema capitalista fica deveras clara no momento em que Marx e Engels tratam da etapa da Ditadura do Proletariado:

Ao delinear as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a guerra civil mais ou menos oculta que se trava no interior da sociedade atual, até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio por meio da derrubada violenta da burguesia (MARX; ENGELS, 2008, p. 30).

b) Concepção contrarrevolucionária (conservadora) – defendida extensamente por Edmund Burke em seu livro “Reflexões sobre uma revolução na França”, ele discorre da conjuntura vivida pela França nas épocas ligeiramente posteriores à Tomada da Bastilha (14 de julho de 1789). Sua visão privilegia uma irracionalidade humana imanente ao costume, o que justifica a manutenção básica da estrutura social e institucional, coibindo a incidência de uma revolução. Prestigia-se a postura negativa ante o preceito revolucionário, reconhecendo que as intuições possuem graça que lhes é própria na dinâmica da vida humana. Reafirma-se a ideia de uma hereditariedade dos direitos, na qual nascituros possuem os direitos sobre os vivos da preservação e respeito às instituições.

Com o intento de analisar a dinâmica da concepção entre essas vertentes, pode-se ponderar brevemente os conceitos de revolução existentes tanto na teoria marxista clássica (a qual está muito mais voltada para a perspectiva puramente social e econômica) e na vertente gramsciana (a qual está direcionada a uma perspectiva mais cultural), quanto aquele aspecto mais conservador em Scruton (2007); conceitos esses que podem ser melhor explorados em estudos futuros e que aqui foram embasados por intermédio da análise de alguns dicionários correlatos a suas respectivas correntes



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

epistemológicas.

Quanto à visão marxista, antecedente ao próprio Gramsci, ela tem uma posição peculiar de revolução, ressignificando-a em seus termos econômicos, o que significa que a revolução seria uma mudança brusca nos modos de produção e que engloba o conflito entre as velhas instituições e as forças produtivas insurgentes. Marx dedicou parte de seu estudo para além das Grandes Revoluções, considerando a Guerra Camponesa de 1524 e 1525⁷⁰ a mais antiga tentativa de revolução e aqui a posição de Gramsci equivale à de Marx quando ambos concordam que a unificação do povo em prol de um objetivo é fundamental para o sucesso das revoluções burguesas, como foi no caso da Revolução Francesa (BOTTOMORE, 2001).

Aliás, existem problemas no que tange ao conceito de revolução burguesa, apesar de seu tratamento intenso dentro da teoria marxista. Nessa linha, a colisão entre classes na Revolução Gloriosa é bastante controvertida, o que acontece até na Francesa. Mesmo assim, Marx e Engels sempre sublinharam que a revolução deveria ser posterior ao ápice do desenvolvimento capitalista, sendo um desenvolvimento conjunto e simultâneo de várias nações (BOTTOMORE, 2001).

Além disso, acerca da Revolução Russa, dela adveio o conceito de revolução permanente de que tanto Trotsky advogava, em que a transformação de uma revolução burguesa em uma revolução socialista deveria ser perpétua. Além disso, a Revolução Russa mostrou como improvável o objetivo de uma revolução mundial que englobasse a Europa (BOTTOMORE, 2001).

Agora quanto à posição de Gramsci, este salienta que a revolução não deveria ser vista como um processo sobrenatural, mas sim como natural à dialética do processo histórico. Ele sublinha o papel desempenhado pela classe operária no engendramento do processo revolucionário. Assim sendo, a revolução descrita por Gramsci encontra seu mote na contradição inextricável às relações de produção existentes previamente. Dessa

⁷⁰ Na verdade, essa perspectiva fica bem clara no livro de Ernest Bloch sobre o líder da guerra camponesa, Thomas Münzer, o qual teria ensaiado ainda no século XVI algo análogo ao que seria a revolução bolchevique de 1917 (BOTTOMORE, 2001). Algo interessante sobre ele é o fato de ter tido certa amizade com Lutero, a qual ele acabou rompendo após considerar que o monge havia se tornado um partidário da classe principesca (BLOCH, 1968).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

forma, ele acreditava numa forma de revolução baseada no modelo dos soviets, propondo isso para o caso italiano (LIGUORI; VOZA, 2017).

Outro aspecto interessante da perspectiva gramsciana é a atenção dada a Maquiavel, haja vista sua crença de que o discurso do autor ainda não tinha conseguido adentrar na cultura nacional italiana, já que os governantes se distanciam dos governados para que exista duplicidade nas culturas, impedindo as revoluções potenciais que poderiam advir do pensamento maquiavélico. Esse distanciamento é capaz de facilitar o surgimento de crises, das quais surgem “líderes carismáticos” com o declínio na hegemonia da classe dominante. A raiz da crise pode provir de uma imposição forçada de aceitação, em que as massas interrompem a apatia ou passividade social, procurando colocar em voga suas pautas políticas.

Por fim, é conveniente uma apresentação da posição conservadora perante a revolução. Para os conservadores a noção de revolução se assemelha àquela proposta por Scruton em que a revolução seria:

qualquer grande transformação que ocorra simultaneamente no nível político e social, perturbando as expectativas e conformidades que estavam suficientemente bem estabelecidas para definir todas as importantes formas de associação sob a ordem antecessora⁷¹ (SCRUTON, 2007, p. 598, tradução própria).

As mudanças de que tratam os conservadores são diferentemente dos marxistas, vistas como a negação de uma ordem composta por instituições essenciais à organização social. Assim, as revoluções são justificáveis quando desprovidas de sua violência característica, o que é um paradoxo pensando que um aspecto primordial de uma revolução (pelo menos nas de “baixo para cima”) é o emprego da violência. Alguns são ainda mais avessos a elas ao optar por um encadeamento de reformas graduais com o conformismo ante a ordem presente. Como modelo de revolução normalmente os conservadores e liberais idealizam as revoluções de “cima para baixo”.

Destarte, a revolução, conforme Arendt (1963), citada por Scruton (2007),

⁷¹ “Any major transformation that occurs simultaneously on the social and the political level, upsetting expectations and conformities that were sufficiently well established to define all important forms of association under the preceding order”.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

encontra como exemplos primorosos os casos da Revolução Americana e da Revolução Gloriosa. Nesse sentido, elas se apresentaram como exemplos por terem evitado o uso da violência e por terem feito as transformações na ordem política, sem, contudo, interferir diretamente na ordem social preexistente.

Assim sendo, esse conformismo em termos culturais e sociais é o que distingue a posição conservadora do processo revolucionário em relação à posição marxista, sendo a suposta revolução demarcada por mudanças graduais que não despontam num rompimento da ordem social, mas sim na manutenção de certa estabilidade – mais se assemelhando a reformas estruturais ou circunstanciais no sistema político.

Isto posto, pode-se tornar sinóptico que a controvérsia presente na qualificação atribuída à revolução é mais patente nas revoluções sociais do que nas políticas, afinal as sociais rompem com muitas instituições sociais defendidas pelos conservadores. Enquanto isso, os marxistas defendem as revoluções em sentido *lato* como condições das quais podem florescer a nova ordem social tencionada pelos proletários. Para que essa revolução se torne possível, a superestrutura (intercalando política, ideologia, religião, costumes, cultura e direito) e a infraestrutura (incluindo as relações de produção) devem ambas ser combatidas para uma transmutação decisiva na ordem econômica e social, cingindo mudanças de ordem cultural e política.

Considerações Finais

Foi possível perceber a Revolução Francesa como espécie de baliza histórica, diferenciando as compreensões entre antes e depois desse processo revolucionário e permitindo a transformação de um conceito de retorno (contrarrevolução) ou movimento planetário para a ideia de mudança brusca das estruturas sociais e políticas. Ademais, da Revolução Francesa foi possível depreender visões mais progressistas (identificadas com os campos do materialismo histórico) e visões mais conservadoras ou contrarrevolucionárias. Ademais, outro elemento possível de ser destacado foi o maniqueísmo (existência de concepções de bem e mal nas revoluções) relacionado a essas correntes.

Foi possível notar ainda que a revolução é muito mais complexa do que um



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

golpe de Estado ou uma rebelião popular por dispor de denso apoio popular, sem contanto almejar efeitos imediatos ou mudanças superficiais. Para além disso, uma revolução comumente será permeada de ideologias cujas utopias projetam esperanças perante um futuro a ser construído. À vista disso, correntes epistemológicas de vários tipos, notadamente a marxista e a conservadora, podem lançar suas narrativas próprias com relação à natureza daquela ou outra revolução buscando apoiar ou desarticular os movimentos revolucionários.

Então, ficou evidente que os marxistas utilizam narrativas positivas ante os feitos revolucionários, propondo que a revolução é o único meio de negar a atual condição da classe trabalhadora e permitir a distribuição equitativa da riqueza. Já os conservadores criticam essas narrativas com outras que explicitam sua violência e buscam uma espécie de revisionismo, ou melhor, uma modernização em que as instituições sociais e políticas se mantêm, porém implementam mudanças graduais para se adaptarem aos novos tempos; isso quando não flertam com o ceticismo a qualquer tipo de mudança.

Assim, fica claro o quanto o conceito é muito mais complexo do que se considerava no início da pesquisa e esse melhor entendimento permitiu o estabelecimento de relações com fenômenos hodiernos, como é o caso da insurgência de movimentos insurrecionais por toda a América Latina.

Enfim, cabe ressaltar que essa foi a primeira produção no âmbito da iniciação científica júnior, e que nos próximos estudos pretende-se ajustar as possibilidades metodológicas no âmbito da história conceitual. Um desdobramento dessa pesquisa pretende apresentar estudos de diferentes teorias das revoluções, avançando mais nos aspectos hermenêuticos e da historicidade das palavras conforme sua História social (BENTIVOGLIO, 2010). Essa ampliação poderá revelar uma metateoria referente ao conceito, assim como contribuir para a ampliação dos debates relacionados ao ensino e a aprendizagem da História no âmbito do projeto em que esse trabalho está inserido. Aliás, cabe menção ao fato desse projeto ter propiciado contribuições para uma sólida formação científica, permitindo um aprimoramento pessoal não apenas em questão de metodologias, mas também em termos de um amadurecimento conceitual e cognitivo.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Referências

- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. Dimensões: **Revista de História da UFES**, Vitória, v. 24, p. 114-134, 2010.
- BLOCH, E. **Thomas Münzer, teólogo de la revolución**. 1. ed. Madrid: Ciencia Nueva, 1968.
- BOTTOMORE, T. Revolução. In: **Dicionário do Pensamento Marxista**. [s.l.] Jorge Zahar, 2001. p. 454.
- COLLIN, P. H. Revolução. In: **Dicionário de Política e Governo**. 3. ed. Cambridge, Reino Unido: Bloomsbury, 2004. p. 215.
- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 41–56.
- KRISHNA, D. **The Concept of Revolution: An Analysis**. Philosophy East and West, v. 23, n. 3, pp. 291–297, 1973.
- FERNANDES, F. **O Que é Revolução?**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. Revolução. In: **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARKOFF, J. Revolutions, Sociology of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition**, v. 20, p. 642–649, 2015.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 1. ed. Expressão Popular, 2008. p. 30.
- MARTINS, E. R. La revolución como concepto. **Cuadernos Americanos** (Nueva Epoca), v. 6, n. 18, p. 41–54, 1989.
- PASQUINO, G. Revolução. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de Política**. 1. ed. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 1121–1131.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. Pesquisa Científica. In: **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Nova Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013. p. 41–118.
- SCRUTON, R. Revolution. In: **The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought**. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 598–600.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Revolução. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 362–365.

TOCQUEVILLE, A. **O Antigo Regime e a Revolução**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

Recebido em: 15/08/2020

Aprovado em: 10/11/2020

Publicado em: 28/12/2020